

**EDITAL DE COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL -
DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA**

COTAÇÃO Nº 03/2021

CONVÊNIO Nº: 863769/2017

OBJETO: REFORMA DE UNIDADE ESPECIALIZADA EM SAÚDE

Abertura: 12/02/2021 Encerramento: 27/02/2021

1. PREÂMBULO

1.1. A **SANTA CASA DE MISERICORDIA DE TAGUAI**, entidade privada sem fins lucrativos, com sede RUA JOAO CARNIATO, 90 - CENTRO. Taguai - SP. CEP: 18.890-000, inscrita no C.N.P.J. Sob o nº 51.504.132/0001-91 comunica para o conhecimento dos interessados, que fará realizar a **COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇO, tipo DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA**, no âmbito do Convênio nº **863769/2017**, celebrado com o Ministério da Saúde/Caixa, objetivando a Reforma da Unidade de Atenção Especializada em Saúde, conforme descrito no Item I – Objeto.

A presente Cotação Prévia de Preço será regida pelo Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; pela Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações.

OBJETO: REFORMA DE UNIDADE ESPECIALIZADA EM SAÚDE

2 - DA ENTREGA DA PROPOSTA

2.1 – A proposta deverá ser entregue digitada em papel timbrado da empresa, não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas, deverá estar datada, conter nome ou razão social, endereço completo, telefone, fax, e-mail e deverá estar assinada pelo representante legal da empresa. Todos os valores da proposta deverão vir expressos em moeda nacional corrente e com validade não inferior a 60 (sessenta) dias.

2.2 – A proposta deverá ser entregue no período de 10 de maio de 2021, a 24 de maio de 2021; via email para : **sctaguai2020@gmail.com** ; com cópia para : **scmt@uol.com.br** . A entidade não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação .

2.3 - A proposta deverá ser enviada para os dados acima, devidamente acompanhada, dos itens ofertados.

2.4 – Documentos a ser enviados juntamente com a proposta:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual e Municipal da sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a tributos federais e a dívida ativa da União;

- d) Certidão Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- f) Certidão negativa de falência e concordata ou positiva de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- g) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA e/ou CAU);

3 - DO CRITÉRIO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

3.1 – Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atendam as exigências contidas nos itens 1 e 2;
- b) Apresentem preços inexequíveis;
- c) Ofereçam vantagens ou alternativas não previstas, de interpretação dúbia ou rasuradas, ou ainda que contrariem no todo ou em parte o presente edital.

3.2 – Havendo empate entre duas ou mais propostas a classificação será feita por sorteio.

3.3 – O resultado das propostas será dirigido às empresas via e-mail em até 05 dias após a homologação.

4 – DA VISITA TÉCNICA

4.1 – As empresas interessadas em participar do certame poderão efetuar a visita técnica no local da realização da obra, se achar necessário, devendo ser agendada através do telefone (14) 3386-1132 - Giovana.

5 - DO CONTRATO E SUA VIGÊNCIA

5.1 – A contratação será formalizada mediante termo de contrato.

6 - DA DESPESA

6.1 – Os recursos para custear as despesas descritas neste termo ocorrerão por conta do Convênio nº **863769/2017** .

6 - DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1 – O pagamento será efetuado por medição, pago em conformidade com o Cronograma Físico Financeiro, após devidamente atestado os serviços; Para tanto, a Contratada deverá fazer constar da nota fiscal emitida sem rasura, o número do convênio, a descrição da medição conforme a Planilha Orçamentária, o número de sua conta bancária, o nome do banco e a respectiva agência.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A contratada obrigará-se-á:

8.1.1. Manter durante a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e quantificação exigida na licitação.

8- DAS PENALIDADES

9.1 - O descumprimento do contrato a ser firmado está disposto nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8666/93, e suas alterações, salvo se o prazo for prorrogado pela Administração.

9.2 - A falta de assinatura de contrato de sua aceitação ou retirada do instrumento equivalente e não cumprimento total ou parcial do ajuste por parte da Contratada ensejará a entidade a aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, podendo também ser aplicadas, cumulativamente as penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo legal.

9.3 - A licitante estará ainda sujeita às penalidades previstas nos arts. 90 a 97 da Lei nº 8666/93.

9 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

10.1 - O prazo para execução dos serviços será de 120 (cento e vinte) dias podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da lei 8.666.

11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 – Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Cidade de Taguai -SP.

Taguai, 06 de maio de 2021.

JOSE GUILHERME LANCA RODRIGUES

Presidente